



EDITAL 01/2014 – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO
DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS



DIVULGAÇÃO DOS PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS DOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL, NÍVEL
MÉDIO, MÉDIO – TÉCNICO E SUPERIOR.

ANEXO V

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto: Interpretação de texto informativo ou literário. **Fonologia:** Sílabas. Encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Divisão silábica. Acentuação gráfica. Sílabas tônicas (oxítona, paroxítona e proparoxítona) **Ortografia:** escrita correta das palavras e ordem alfabética. **Morfologia:** Emprego e classificação das classes de palavras (substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição). Emprego de tempos e modos verbais. **Sintaxe:** Estrutura do período e da oração. Termos essenciais da oração (sujeito e predicado). Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Pontuação. Usos do porque.

Bibliografia:

CIPRO NETO, Pasquale e INFANTE, Ulisses. Gramática da língua portuguesa. Editora Scipione. Edição atualizada.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. A nova gramática do português contemporâneo. Editora Lexikon. Edição atualizada.

TERRA, Ernani. Gramática de hoje. Editora Scipione. Edição atualizada.

FARACO e MOURA. Gramática. Editora Ática. Edição atualizada.

MATEMÁTICA

Conjuntos numéricos: números inteiros, racionais e reais; operações fundamentais; mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. **Razão e Proporção:** regra de três simples e composta; porcentagem. **Equação do 1º Grau:** solução de problemas; juros simples. **Sistemas de Medidas:** comprimento, superfície, massa, capacidade e tempo – transformações e problemas. **Sistema Monetário Nacional (Real)** **Geometria Plana:** Cálculo de perímetro, áreas e volume. **Noções de Estatística:** Análise de tabelas e gráficos; média. **Resolução de situações-problema.**

Bibliografia:

MAZZIERO, Alceu dos Santos & MACHADO, Paulo Antônio F. Descobrimos e Aplicando a Matemática. Editora Dimensão.

IMENES, Luiz Márcio Pereira & LELLIS, Marcelo Cestari. Matemática. Editora Moderna.

LOPES, Antonio José. Projeto Velear – Matemática. Editora Scipione.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

ATUALIDADES: política e economia, sociedade, costumes, artes, música, entretenimento, rádio e televisão, educação, saúde, esportes, desenvolvimento, tecnologia e meio ambiente.

Bibliografia: jornais, revistas, programas de TV e Internet.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTÍNUO

Instituição e Administração Pública. Princípios da Administração Pública. As funções administrativas aplicadas à Administração Pública. Comunicação: conceito, importância e formas. Gestão de documentos: coleta e entrega de documentos. Qualidade na prestação de serviços relacionados ao expediente interno e externo. Administração do tempo no atendimento ao cliente interno e externo. Qualidade do relacionamento interpessoal.

Bibliografia:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Capítulo VII. Da Administração Pública.

KWASNICKA, Eunice Lacava. Introdução à Administração. 6ª Edição São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, Adelphino Teixeira da. Administração Básica. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2011.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à Administração. 8ª Edição. São Paulo: Atlas, 2011.

LUSSIER, Robert N; REIS, Ana Clara Fonseca; Ferreira, Ademir Antônio. Fundamentos de Administração. Tradução da 4ª Edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

Arquivo Nacional (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública/Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

MESTRE DE OBRAS

Supervisionar tarefas rotineiras na construção de obras e edificações públicas. Gerenciar equipe de pessoal da construção civil, distribuindo tarefas. Ler projetos das várias especialidades envolvidas na construção civil. Controlar a dosagem de concretos e argamassas. Emissão de pedidos de compras de materiais. Controle de materiais em uso ou a serem usados nas obras. Fiscalizar a execução de obras. Coordenar os serviços de abertura, reabertura e conservação de estradas vicinais. Supervisionar a execução e a manutenção de pontes, bueiros e mata-burros. Executar outras tarefas correlatas.

Bibliografia:

ABCP. Mãos à obra: pro. Vol. 1, 2 3 e 4. São Paulo: Alaúde Editorial, 2013.

PINI. Construção passo-a-passo. Vol. 1, 2, 3 e 4. São Paulo: PINI, 2009.

FERREIRA, P.; MICELI, M. T. Desenho Técnico. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico, 2008.

SENAI. Mestre de Obras. São Paulo: SENAI-SP, 2013.

YAZIGI, W. A técnica de edificar. São Paulo: PINI, 2013.

MOTORISTA

Legislação de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503/1997, seus anexos e seus posteriores regulamentos. Direção Defensiva. Sinalização de trânsito: A Sinalização de Trânsito; Gestos e Sinais Sonoros; Conjunto de Sinais de Regulamentação; Conjunto de Sinais de Advertência; Placas de Indicação; Sinalização Vertical e Horizontal. Noções gerais de circulação e conduta. Conhecimentos Elementares de Mecânica de Automóveis: Vistoria Inicial: verificação do nível de óleo, de água, de

combustível e do líquido de freio, luzes, equipamentos obrigatórios. Identificação de defeitos mecânicos. Princípios de funcionamento dos veículos, manutenção preventiva. Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social.

Bibliografia:

CTB (Código de Trânsito Brasileiro) Lei 9.503/1997.

Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/publicacoes/download/ctb_e_legislacao_complementar.pdf>

Trânsito seguro é um direito de todos !

Fundação Carlos Chagas e ABRAMET (Associação Brasileira de Medicina de Tráfego) (2005)

Disponível em: <[http://www.livrosgratis.com.br/download_livro_25737/direcao_defensiva - transito seguro e um direito de todos](http://www.livrosgratis.com.br/download_livro_25737/direcao_defensiva_-_transito_seguro_e_um_direito_de_todos)>

Manual de Sinalização do DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito) volumes I, II, III, IV, V, VI (2007) Câmara Temática de Engenharia de Tráfego, de Sinalização e da Via Gestão 2004/2005.

Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/publicacoes/show_public.asp?cod=10>

<http://www.denatran.gov.br/publicacoes/show_public.asp?cod=17>

<<http://www.denatran.gov.br/publicacoes/volume3.htm>>

<http://www.denatran.gov.br/publicacoes/show_public.asp?cod=11>

<http://www.denatran.gov.br/minuta_contran1.htm>

<<http://www.denatran.gov.br/publicacoes>>

OPERADOR DE MÁQUINAS

Examinar as condições de funcionamento da máquina antes de iniciar o trabalho. Abrir, aterrar, nivelar e desobstruir ruas, terrenos e estradas. Executar serviços de escavação e transporte de terra, areia e brita para regularização de estradas. Executar serviços de carregamento de caminhões basculantes com terra, lixo, areia, brita, manilhas e outros materiais. Abrir valetas para a instalação de redes de água e esgotos e para drenagem de águas pluviais. Assentar manilhas em bueiros e valetas. Levantar, colocar e arrancar postes. Abastecer e lubrificar a máquina. Vistoriar a troca de óleo do equipamento. Executar outras tarefas correlatas.

Bibliografia:

CATERPILLAR. Manual de produção Caterpillar. 22ª edição. Outubro de 1991.

CATERPILLAR. Princípios básicos de terraplenagem. Edição maio de 1977.

CHAVES, C. R. Terraplenagem mecanizada. Editora Rodovia.

EUCLID – Cálculos para avaliar produção e custos.

GUIMARÃES, N. – Equipamentos de construção e conservação. Livro texto. 1992.

<http://sotreq.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2011/05/988H.pdf>

http://www.dtt.ufpr.br/Equipamentos/Arquivos/Apostila%20de%20Equipamentos%20Digitalizada_Ta deo_Jaworski.pdf

SERVEnte ESCOLAR

Manipulação de alimentos. Conceito de perigos em alimentos. Microrganismos e doenças transmitidas por alimentos. Boas práticas – higiene de ambientes, higiene de utensílios e equipamentos. Higiene do manipulador de alimentos. Principais cuidados no recebimento e armazenamento de alimentos. Descongelamento de carnes. Preparo de alimentos.

Bibliografia:

Banco de Alimentos e Colheita Urbana: Manipulador de Alimentos - Perigos, DTA, Higiene Ambiental e de Utensílios. Rio de Janeiro: SESC/DN, 2003. 25 pág. (Mesa Brasil SESC - Segurança Alimentar e Nutricional). Programa Alimentos Seguros. Convênio CNC/CNI/SENAI/ANVISA/SESI/SEBRAE. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/mesabrasil/cartilhas/cartilha4.pdf>>

Manual da merendeira. Disponível em:

<http://www.rebrae.com.br/banco_arquivos/arquivos/cecanes/manual_merendeira_pr.pdf>

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de textos: Gêneros e tipos de textos. Variação linguística: diversidade de usos da língua. Discursos direto, indireto e indireto livre. Coerência e coesão textuais. Estratégias argumentativas. **Estrutura da oração e do período:** aspectos sintáticos e semânticos. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Emprego do sinal indicativo da crase. Pontuação. **Classes de palavras:** identificação, flexão e emprego de substantivos, adjetivos, pronomes, verbos, advérbios, preposições e conjunções. Colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos. Verbo: flexão, conjugação, correlação dos modos e tempos verbais, vozes. **Ortografia oficial.** Acentuação gráfica.

Bibliografia:

CIPRO Neto, Pasquale; INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2008.

FIORIN, José Luiz; PLATÃO SAVIOLI, Francisco. *Lições de textos: leitura e redação*. 5 ed. São Paulo: Ática, 2006.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 50. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

ATUALIDADES: política e economia, sociedade, costumes, artes, música, literatura, arquitetura, entretenimento, rádio e televisão, educação, saúde, esportes, desenvolvimento, tecnologia e meio ambiente, nos planos nacional e internacional.

Fontes: mídia escrita, televisiva radiofônica e eletrônica em geral.

LEGISLAÇÃO: Lei Orgânica do Município de Bela Vista de Minas, de 08/04/1990.

Título I – Da Organização Municipal

Título III – Da Organização do Poder Público Municipal – Capítulo I – Seções I, II e III.

Disponível em: <www.belavistademinas.mg.gov.br>.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Organização: Conceito de organização. Principais componentes de uma organização. Objetivos de uma organização. Principais recursos de uma organização. Processos de transformação. Divisão do trabalho. Tipos de organização. Funções organizacionais: Produção; Marketing, Finanças, Recursos Humanos.

Administração. Conceito de administração. Principais funções do processo de gestão: Planejamento, Organização, Liderança, Execução e Controle. Significado e importância de cada função do processo administrativo. Relevância dos conceitos de eficiência, eficácia, produtividade e competitividade em administração. Ferramentas para aprimorar a eficiência de uma organização. Modelos de medição de eficácia de uma organização. Indicadores de desempenho. **Gestão de Processos:** Conceito de processo, mapeamento de processos, simplificação de processos, racionalização de processos, indicadores de desempenho, critério de avaliação de um processo, melhoria contínua dos processos, contribuição dos processos para os objetivos e metas da organização. **Redação Oficial:** Aspectos Gerais da Redação Oficial (A Impessoalidade; A Linguagem dos Atos e Comunicações Oficiais; Formalidade e Padronização; Concisão e Clareza). As Comunicações Oficiais (Pronomes de Tratamento; Fechos para Comunicações; Identificação do Signatário). O Padrão Ofício. Partes do documento no Padrão Ofício; Forma de diagramação. Aviso e Ofício: Definição e Finalidade; Forma e Estrutura. Memorando: Definição e Finalidade; Forma e Estrutura. Exposição de Motivos. Telegrama: Definição e Finalidade; Forma e Estrutura. Fax: Definição e Finalidade. Forma e Estrutura. Correio Eletrônico: Definição e finalidade; Forma e Estrutura; Valor documental. **Informática:** Software: programas aplicativos e utilitários; pacotes de aplicativos – Microsoft Office 2007 e 2010 (Word, Excel e PowerPoint). Sistemas Operacionais: conceitos; funções; recursos básicos do Windows-XP e Windows 7; gerenciador de arquivos e Pastas. Internet: definição; classificação; características; funções; navegadores (Internet Explorer 8 e Mozilla Firefox); correio eletrônico; sistemas de busca.

Bibliografia:

BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. Brasília, Presidência da República, 2002, Cap I e II.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm>

FILHO, Bartolomeu de Figueiredo Alves. Processos Organizacionais: Simplificação e racionalização. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à Administração. 8ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Adelphino Teixeira da. Administração básica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

KWASNICKA, Eunice Lacava. Introdução à administração. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL: Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei Complementar 06/2008)

MICROSOFT WINDOWS XP - Disponível em : < <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows/windows-help?os=winxp#windows=windowsxp>>.

MICROSOFT WINDOWS 7- Disponível em : <<http://windows.microsoft.com/pt-br/windows/windows-help?os=win7#windows=windows-7>>.

MICROSOFT OFFICE 2007 E 2010 – Disponível em: <<http://office.microsoft.com/pt-br/support/suporte-FX104018798.aspx?redir=0>>

FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS

Legislação ambiental e urbanística. Normas técnicas. Gestão urbana e instrumentos de gestão municipal (Lei Orgânica Municipal, Estrutura Administrativa do Município e suas alterações). Vistoria e elaboração de relatórios e pareceres. Leitura e interpretação de projetos. Controle e fiscalização de obras, aplicando as sanções fiscais previstas na legislação vigentes. Fiscalização de loteamentos, calçamentos e logradouros públicos. Fiscalização da indústria, comércio e prestadores de serviços de uma forma preventiva e corretiva. Conhecimentos básicos de informática: Sistema Operacional Microsoft Windows; Microsoft Office: Editor de textos Word e Planilha Excel; Internet e ferramentas Microsoft Office.

Bibliografia:

- BRASIL. Ministério das Cidades. Lei nº 6.766 e suas alterações, Parcelamento do solo urbano. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm
- BRASIL. Ministério das Cidades. Lei nº 10.098 e suas alterações, Promoção da acessibilidade. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm
- BRASIL. Ministério das Cidades. Lei nº 10.257 e suas alterações, Estatuto das Cidades. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm
- BRASIL. Ministério das Cidades. Lei nº 12.587 e suas alterações, Política Nacional de Mobilidade Urbana. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 6.938 e suas alterações, Política Nacional do Meio Ambiente. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 9.605 e suas alterações, Crimes ambientais. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm
- ABNT. Representação de projetos de arquitetura. NBR 6.492. Rio de Janeiro: ABNT, 1994, 27p.
- ABNT. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. NBR 9.050. Rio de Janeiro: ABNT, 2004, 97p.
- ABNT. Elaboração de projetos de edificações - Arquitetura. NBR 13.532. Rio de Janeiro: ABNT, 1995, 8p.
- BELA VISTA DE MINAS. Prefeitura Municipal. Legislação do Município de Bela Vista de Minas – MG (Lei Orgânica Municipal, Estrutura Administrativa e suas alterações). Disponível em: www.belavistademinas.mg.gov.br
- BELA VISTA DE MINAS. Prefeitura Municipal. Código de Obras.
- SARAPKA, Elaine Maria. Desenho arquitetônico básico. São Paulo: Pini, 2009.
- MONTENEGRO, Gildo A. Desenho Arquitetônico – São Paulo: Edgard Blucher, 1978.
- AMAVI. Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí. Manual de Fiscalização de Obras e Posturas Municipais. 2013, 16p. Disponível em : <http://www.amavi.org.br/sistemas/pagina/setores/planejamentoterritorial/arquivos/modelos/Manual_de_Fiscalizacao_de_Obras.pdf>.

FISCAL DE POSTURAS

Legislação ambiental e urbanística. Gestão urbana e instrumentos de gestão municipal (Lei Orgânica Municipal, Estrutura Administrativa do Município e suas alterações). Vistoria e elaboração de relatórios e pareceres. Controle e fiscalização de obras, aplicando as sanções fiscais previstas na legislação vigentes. Fiscalização de loteamentos, calçamentos e logradouros públicos. Fiscalização da indústria, comércio e prestadores de serviços de uma forma preventiva e corretiva. Conhecimentos básicos de informática: Sistema Operacional Microsoft Windows; Microsoft Office: Editor de textos Word e Planilha Excel; Internet e ferramentas Microsoft Office.

Bibliografia:

- BRASIL. Ministério das Cidades. Lei nº 6.766 e suas alterações, Parcelamento do solo urbano. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm
- BRASIL. Ministério das Cidades. Lei nº 10.098 e suas alterações, Promoção da acessibilidade. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm
- BRASIL. Ministério das Cidades. Lei nº 10.257 e suas alterações, Estatuto das Cidades. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm
- BRASIL. Ministério das Cidades. Lei nº 12.587 e suas alterações, Política Nacional de Mobilidade Urbana. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 6.938 e suas alterações, Política Nacional do Meio Ambiente. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 9.605 e suas alterações, Crimes ambientais. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm
- BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 9.782 e suas alterações, Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9782.htm
- BELA VISTA DE MINAS. Prefeitura Municipal. Legislação do Município de Bela Vista de Minas – MG (Lei Orgânica Municipal, Estrutura Administrativa e suas alterações). Disponível em: <www.belavistademinas.mg.gov.br>.
- AMAVI. Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí. Manual de Fiscalização de Obras e Posturas Municipais. 2013, 16p. Disponível em: <http://www.amavi.org.br/sistemas/pagina/setores/planejamentoterritorial/arquivos/modelos/Manual_de_Fiscalizacao_de_Obras.pdf>

FISCAL DE RENDAS E TRIBUTOS

Princípios e imunidades. Competência tributária. Lei complementar em matéria tributária. Repartição de receitas tributárias. Conceito de tributo. Espécies tributárias. Tarifa e preço público. Impostos municipais: ISSQn. IPTU e ITBI. Fontes de direito tributário. Interpretação e integração das leis tributárias. Fato gerador. Conceito. Características essenciais. Norma geral antielisão. Obrigação tributária. Sujeitos ativo e passivo. Responsabilidade tributária. Substituição tributária. Capacidade tributária. Crédito tributário. Constituição. Lançamento. Modalidades. Efeitos. Hipóteses de suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão do crédito tributário. Prescrição e decadência. Garantias e privilégios de crédito tributário. Administração tributária. Incidência. Não-incidência. Imunidade, isenção e anistia.

Bibliografia:

- AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2013.
- BRASIL. Código Tributário Nacional. Lei n. 5.172 de 1966.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Arts. 145 a 162 da CRFB. (texto atualizado).
- BELA VISTA DE MINAS. Prefeitura Municipal. Código Tributário.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense. 12 ed. 2012.
- MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
- PAULSEN, Leandro. Curso de direito tributário. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.
- SABBAG, Eduardo de Moraes. Manual de direito tributário. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 1158 p.
- SPAGNOL, Werther Botelho. Curso de direito tributário. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Sistema Único de Saúde – SUS, Princípios fundamentais, diretrizes, atribuições e competências das esferas governamentais do SUS; Promoção e proteção da saúde; Formas de financiamento e custeio do SUS; Vigilância Sanitária: conceitos, áreas de abrangência, funções; Condições higiênico-sanitárias de estabelecimentos que possam causar agravo à saúde individual e/ou coletiva; Doenças transmitidas por alimentos; Investigação de surtos; Manipulação de alimentos, embalagens e outros produtos de interesse da saúde; Qualidade da água para consumo humano; Manejo dos resíduos; Saneamento básico.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8.080 de 19/09/1990. Diário Oficial da União. Brasília, 20/09/1990.
DECRETO Nº 7.508, DE 28 DE JUNHO DE 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8.142 de 28/12/1990. Diário Oficial da União. Brasília, 29/12/1990.
Lei nº 6.360, de 23/09/76 - Dispõe sobre a vigilância a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos.
Decreto 79.094, de 05/01/77 - Regulamenta a Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976
RDC nº. 306 de 07 de dezembro de 2004. Dispõe sobre Gerenciamento de Resíduos
RDC nº. 216 de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.
Lei Estadual nº 13.317, de 24-09-1999. Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais
Lei nº 15.474, de 28 de janeiro de 2005. Altera a Lei nº 13.317, de 24 de setembro de 1999.
PORTARIA Nº 2.914, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
Cartilha de vigilância sanitária – cidadania e controle social, A N V I S A, Brasília, agosto de 2002, 2a. edição; bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_vigilancia.pdf
Manual Integrado de Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Alimentos. Série A. Normas e Manuais Técnicos, Brasília – DF 2010. Disponível em :
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_integrado_vigilancia_doencas_alimentos.pdf>
Lei Federal nº 11.445/07 - Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

PROFESSOR NÍVEL 1

Desenvolvimento e aprendizagem da criança. A importância do brincar. Autonomia e disciplina. A organização do tempo e do espaço. Letramento e alfabetização. Educação Matemática. A relação família x escola. Avaliação Formativa.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Volumes 1, 2 e 3. Brasília; MEC-SEF, 1998.
BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
BRASIL. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>
BRASIL. A criança de seis anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos: Orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade. Francisca Izabel Pereira Maciel, Mônica Correia Baptista e Sara Mourão Monteiro (Orgs). Belo Horizonte: UFMG/FAE/CEALE, FAE/CEALE/SEEMG. 2009. Disponível

em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12624%3Aensinofundamental&Itemid=859>

ÁLVARES MÉNDEZ, J. M. Avaliar para conhecer, examinar para excluir. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CARVALHO, Alysso; SALLES, Fátima; GUIMARÃES, Marília. (organizadores) Desenvolvimento e aprendizagem. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex – UFMG, 2002.

CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MACIEL, Francisca Isabel Pereira; MARTINS, Raquel Márcia Fontes. (Organizadoras) Alfabetização e letramento na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Ceale – 2008.

TIBA, Içami. Disciplina – Limite na medida certa. São Paulo: Integrare, 2006.

SUPERVISOR DE EPIDEMIOLOGIA

Sistema Único de Saúde - SUS - Reforma Sanitária Brasileira e a Consolidação do Sistema Único de Saúde - SUS; Princípios fundamentais, diretrizes, atribuições e competências das esferas governamentais do SUS; Promoção e proteção da saúde; Formas de financiamento e custeio do SUS; Noção de cidadania e controle social do SUS, Abastecimento de água potável; Saneamento Básico, Vigilância Epidemiológica; Orientações sobre alimentos e medicamentos; Doenças de Interesse para a Saúde Pública e Vigilância Epidemiológica:

Bibliografia:

BEAGLEHOLE, R.; BONITA, R.; KJELLSTRÖM, T. *Epidemiologia básica*. 2. ed. São Paulo: Santos/OMS, 2010. Disponível em: http://whqlibdoc.who.int/publications/2010/9788572888394_por.pdf

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (dispositivos referentes à área).

BRASIL. Lei Orgânica da Saúde. Lei Federal n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde.

Guia de vigilância epidemiológica / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – 6. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2005.

Brasil. Lei Federal nº 11.445/07 - Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Vigilância Sanitária e Escola: parceiros na construção da cidadania/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Anvisa, 2008.

http://www.anvisa.gov.br/propaganda/manual_visaescola_professores.pdf

Raiva: Controle da Raiva dos Herbívoros - Manual Técnico 2009 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Controle de morcegos em área urbana: Jornal do Biólogo - CRBio - 4 Ed. julho a outubro de 2006 - p. 6 e 7.

Manual de Controle de Roedores. Ministério da Saúde - FUNASA. DEZEMBRO, 2002.

PORTARIA Nº 2.914, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de portabilidade.

TÉCNICO DE INFORMÁTICA

Sistemas operacionais: Introdução: funções básicas; máquina de camadas; tipos de sistemas operacionais. Concorrência. Estrutura do Sistema Operacional: função do núcleo; modo de acesso; arquiteturas do núcleo. Processos: estrutura; estados, mudança de estado, criação e eliminação. Gerência do processador: funções básicas, critérios de escalonamento, tipos de escalonamento. Gerência de memória: funções básicas; alocação, swapping. Memória virtual: mapeamento; paginação; segmentação. Noções sobre o sistema operacional Windows 7. **Aplicativos:** Editor de texto MS Word 2007: Criação, edição, formatação e impressão. Criação e manipulação de tabelas, Inserção e formatação de gráficos e figuras. Planilha eletrônica MS Excel 2007: Criação de planilhas, referências a células, uso de fórmulas, geração de gráficos, formatação de células.

Organização de computadores: Sistema de computação. Principais componentes. Conversão de base. Aritmética computacional. Memória principal. Memória cache. Processadores. **Rede de computadores e internet.** Conceitos básicos. Modelos de rede. Camadas. Internet. Protocolos. Segurança. **Desenvolvimento de sistemas:** Modelos de processos de software. Gerenciamento de projetos.

Bibliografia:

Cartilha de segurança da internet - <http://cartilha.cert.br/>

KUROSE, J. F. e ROSS, K. W. Redes de Computadores e a Internet. Makron Books, 2003;

MACHADO, F.B.; MAIA, L.P. Arquitetura de sistemas operacionais – 4ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2007.

Manuais online do Microsoft Office (versão 2010)

MANZANO, A. L. N.º. G. e TAKA, C. E. M. Estudo dirigido de Microsoft Windows 7, Ultimate. 1. ed. – São Paulo: Érica, 2010.

MONTEIRO, Mario A., Introdução a Organização de Computadores - 5ª ed. –

SOMMERVILLE. Ian. Engenharia de Software. 8ª. Ed. – São Paulo: Pearson Addison-Wesley. 2007.

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Portaria 3214/78 - Normas Regulamentadoras com seus respectivos Decretos e Anexos. Consolidações das Leis de Trabalho – CLT. Jurisprudências relativas à insalubridade e periculosidade. Perícia judicial. Aposentadoria e laudos técnicos. Aposentadoria especial. Critério de caracterização. Aposentadoria especial por ruído. Definição, dispositivos legais, objetivo do perfil profissiográfico previdenciário. A utilização, manutenção e modelo de formulário do perfil profissiográfico previdenciário. Decreto 3048/1999 do INSS. Registro Profissional do Técnico de Segurança do Trabalho no MTB.

Prevenção e controle de riscos. Programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA) e Legislação da Medicina do Trabalho: NR 09. Elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Registro, manutenção e divulgação do PPRA. Riscos ambientais. Avaliação e controle de agentes ambientais. Riscos físicos, químicos, biológicos e mecânicos. Temperaturas. Ruídos, poeiras, radiações ionizantes e não ionizantes, gases, vapores, vibrações, calor e frio, temperaturas extremas, iluminação, ventilação industrial e riscos químicos Técnicas de uso de equipamentos de medições. Legislação específica. Lei n.º 6514, de 22/12/77. Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria n.º 3214, de 08/06/78 e legislações complementares. Consolidação das Leis do Trabalho. Proteção contra incêndios e explosões. Gerenciamento de riscos. Higiene industrial. Doenças do trabalho. Proteção ao meio-ambiente; Controle de resíduos e efluentes industriais; Legislação Ambiental. Sistema de Gestão BS 8800, OHSAS 18001, ISO 14000. Transporte de produtos perigosos; Transferência de Produtos Químicos. Responsabilidade civil e criminal. Política de Segurança e Saúde no Trabalho: planejamento, implementação e operação. Conceito e caracterização de insalubridade e periculosidade. Eliminação ou neutralização da insalubridade e/ou periculosidade. Explosivos e inflamáveis. Energia elétrica. Radiação ionizante. Perícia extrajudicial, perícia judicial e laudo pericial. Os danos à saúde do trabalhador. Trabalho em atividades perigosas ou penosas. Jurisprudências relativas à insalubridade e

periculosidade; Legislação e as normas técnicas. Proteção jurídica. Perícia judicial. Direito ambiental e meio ambiente do trabalho. Aposentadoria e laudos técnicos. Aposentadoria especial. Critério de caracterização. Aposentadoria especial por ruído. Definição, dispositivos legais, objetivo do perfil profissiográfico previdenciário. A utilização, manutenção e modelo de formulário do perfil profissiográfico previdenciário; Proteção ambiental: Transformação do ambiente. Controle de qualidade ambiental. Qualidade do ar e da água. Controle de resíduos e reciclagem; Tecnologia e prevenção no combate a sinistro: Tecnologia e prevenção no combate a sinistro. Propriedade físico-química do fogo. O incêndio e suas causas. Classes de incêndio. Métodos de extinção. Agentes e aparelhos extintores. Extintores de incêndio. Sistemas de prevenção e combate a incêndios. Brigadas de incêndio. Planos de emergência e auxílio mútuo; Legislação da Medicina do Trabalho; Sistemas de Prevenção a combate a incêndio e pânico; Ergonomia: NR-17. A aplicabilidade, Conceito, as linhas e tipos da Ergonomia. Aplicação, métodos, técnicas e objetivo da ergonomia. Aplicação da Antropometria, biomecânica e atividades musculares. Espaços e Postos de trabalho. Fatores ambientais. LER/DORT, Ergonomia e prevenção de acidentes. Informação e operação (informações visuais, uso de outros sentidos, controles e relacionamento entre informação e operação). Transporte, armazenamento, movimentação e manuseio de materiais. Equação de NIOSH. Duração, ritmo e carga de trabalho. Análise Ergonômica do Trabalho (AET). Trabalho, tarefa e atividade. Edificações. Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais. Regulamento Técnico de Procedimentos para Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Chapas de Mármore, Granito e outras Rochas. Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos. Caldeiras e Vasos de Pressão. Fornos. Atividades e Operações Insalubres. Atividades e Operações Perigosas. Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção. Explosivos. Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis. Trabalho a Céu Aberto. Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração. Proteção Contra Incêndios. Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho. Resíduos Industriais. Sinalização de Segurança. Fiscalização e Penalidades. Plataformas e Instalações de Apoio. Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura. Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde. Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados. Trabalho em Altura. Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados. PCMSO. CIPA. SESMT. EPI's e EPC's. Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais. Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados. Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde. [Despacho SSST \(Nota Técnica\)](#).

Bibliografia:

- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Manual de aplicação da norma regulamentadora NR17 2ed. Brasília: 2002.
- CARDELLA, B. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística. São Paulo: Atlas, 2008, n1ª Ed 6ª reimpressão
- CHAVES, J. J. et al. Perfil profissiográfico previdenciário. Belo Horizonte: Folium, 2003.
- CLT - Capítulo V do Título II - Segurança e Medicina do Trabalho (atualizada)
- CONAMA - Resolução 358, de 29/04/2005.
- DUL, J. e WEERDMEESTER, B. Ergonomia Prática. São Paulo: Edgard Blücher, 1995.
- GUÉRIN, F.; et al., A. Compreender o trabalho para transformá-lo. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.
- IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Blucher, 2005.
- IT de 01 a 38 <http://www.bombeiros.mg.gov.br/component/content/article/471-instrucoes-tecnicas.html>
- LAVILLE, A. Ergonomia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.
- MARTINEZ, Wladimir Novaes. Aposentadoria especial. 5. ed. São Paulo: LTr, 2010.
- Normas regulamentadoras 1 a 36 – acesso <http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Proteção jurídica à saúde do trabalhador. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2011. 608 p.

ROCHA, J. C. S., Direito ambiental e meio ambiente do trabalho: dano, prevenção e proteção jurídica. São Paulo: LTr, 1997.

SALIBA, Tuffi Messias; CÔRREA, Márcia Angelim Chaves. Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos. 6. ed. atual. São Paulo: LTr, 2002. 323, [2]p.

VIEIRA, S. I., JÚNIOR, C. P. Guia prático do perito trabalhista: aspectos legais, aspectos técnicos, questões polêmicas. Belo Horizonte: Ergo, 1997.

MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

Educação e segurança no trânsito. Condições Gerais de Circulação. Noções de Transporte Escolar. Noções de Primeiros Socorros. Direitos da Criança e do Adolescente. Acessibilidade.

Bibliografia:

Lei Federal Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da “Criança e do Adolescente” e dá outras providências. Disposições Preliminares – Artigos 1º ao 6º; Capítulos IV e V;

Noções de primeiros socorros (<http://www1.dnit.gov.br/emergencia.htm> - acesso em 13 / 04 / 2014);

Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito - Áreas Escolares – CONTRAN/2000. http://www.denatran.gov.br/publicacoes/show_public.asp?cod=8; Páginas: 1 a 60;

Norma Brasileira 9050 - ABNT NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3. Definições; 6. Acessos e circulação; 6.1 Circulação - Condições gerais a 6.2.6; 6.10. Circulação externa a 6.10.12 - Posicionamento dos rebaixamentos de calçada;

Guia do Transporte Escolar. Publicação conjunta do FNDE e Ministério Público: COPELUC - Comissão Permanente da Educação/GNDH - Grupo Nacional de Direitos Humanos/CNPG - Conselho Nacional de Procuradores Gerais. <http://www.fnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporte-escolar-consultas>. Acesso em 13 / 06 / 2014.

Lei Federal Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da “Criança e do Adolescente” e dá outras providências. Disposições Preliminares – Artigos 1º ao 6º; Capítulos IV e V;

Noções de primeiros socorros. Disponível em : < <http://www.superdownloads.com.br/download/46/cartilhas-denatran-nocoas-basicas-primeiros-socorros> - acesso em 13 / 04 / 2014)>

Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito - Áreas Escolares – CONTRAN/2000. http://www.denatran.gov.br/publicacoes/show_public.asp?cod=8; Páginas: 1 a 60;

Norma Brasileira 9050 - ABNT NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3. Definições; 6. Acessos e circulação; 6.1 Circulação - Condições gerais a 6.2.6; 6.10. Circulação externa a 6.10.12 - Posicionamento dos rebaixamentos de calçada; **Adotar a versão corrigida em 30.12.2005**

Guia do Transporte Escolar. Publicação conjunta do FNDE e Ministério Público: COPELUC - Comissão Permanente da Educação/GNDH - Grupo Nacional de Direitos Humanos/CNPG - Conselho Nacional de Procuradores Gerais. <http://www.fnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporte-escolar-consultas>. Acesso em 13 / 06 / 2014.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Ética Profissional. Legislação Profissional de Enfermagem. Diretrizes e legislações da Saúde. Programa de Saúde da Família. Atuação do Técnico de Enfermagem no programa saúde da família. Epidemiologia prevenção e controle de infecções. Cuidados básicos de enfermagem na atenção à saúde da criança, adolescente, mulher, adulto, e idoso. Atendimento nos primeiros socorros. Prevenção e controle de

doenças sexualmente transmissíveis. Procedimentos para Vacinação. Processos de desinfecção e esterilização de materiais. Acolhimento ao paciente. Conhecimento das patologias e ações relacionadas a prevenção.

Conhecimentos de curativos. Conhecimento de programas de prevenção e promoção da saúde. Conhecimento dos protocolos de prevenção a saúde individual e coletiva. Humaniza SUS.

Bibliografia :

Presidência da República - Casa Civil. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. (Última atualização em 2002)

ATKINSON, L.D.& MURRAY, Fundamentos de Enfermagem Introdução ao Processo De Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

BERGERON.J.D.BIZJAK. G.Primeiros Socorros.São Paulo Ateneu.1999.

BORGES, E.L. et al. Feridas: como tratar. 2. Ed. Belo Horizonte: COOPMED, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação de doenças Sexualmente Transmissíveis. Manual de controle de doenças sexualmente transmissíveis. 4. ed. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de atenção básica. Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Brasília. 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde, Caderneta de Saúde da Criança. Brasília. 8. Ed. 2013. Disponível: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_saude_crianca_menino.pdf

DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, MANUAL DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE DOENÇAS DIARREICAS AGUDAS, 4. Ed, 2007. Disponível:

http://www.dive.sc.gov.br/conteudos/agrivos/dtha/Manual_de_Diagnostico_e_Tratamento_das_DD_A.pdf

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Universidade de São Paulo. Manual de enfermagem. São Paulo 2011. Disponível: http://www.ee.usp.br/doc/manual_de_enfermagem.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia para o controle da hanseníase. Cadernos de atenção básica, n. 10. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de procedimentos para vacinação. 4. ed., Brasília, 2001. 316p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual técnico para controle da tuberculose. Caderno de atenção básica, n. 5. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa de Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 36p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Atenção à Saúde. A Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial. 1. ed. Brasília: 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. PRÉ-NATAL E PUERPÉRIO ATENÇÃO QUALIFICADA E HUMANIZADA, caderno 5, 1 ed. Brasília: 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. PROCEDIMENTOS. Série A. Normas e Manuais Técnicos Cadernos de Atenção Primária, n. 30, Brasília – DF, 2011

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS. Legislação e Normas, v. 13, n. 01. 2013.

KOCH R.M. MOTTA H.S. WALTER R.L Técnicas básicas de enfermagem. 18. ed. Curitiba, 2001.

SILVESTRE, J.A., COSTA NETO, M.M. Abordagem do idoso em programas de Saúde da Família. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.19, n3, p839-47, jun.2003.2 Atenção Primária.

BRASIL. Portaria n. 2048/GM. 5 de novembro de 2002.

AUXILIAR DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS

Políticas Educacionais. Legislação Educacional Brasileira. Princípios Constitucionais. Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e de suas modalidades. Manutenção da Educação da educação básica. Proteção a criança e ao adolescente. Escrituração Escolar, Arquivo. Censo e Cadastro Escolar. Informatização e Incineração de documentos.

Informática: Software: programas aplicativos e utilitários; pacotes de aplicativos – Microsoft Office 2007 e 2010 (Word, Excel e PowerPoint). Sistemas Operacionais: conceitos; funções; recursos básicos do Windows-XP e Windows 7; gerenciador de arquivos e Pastas. Internet: definição; classificação; características; funções; navegadores (Internet Explorer 8 e Mozilla Firefox); correio eletrônico; sistemas de busca.

Bibliografia:

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 seção I e II – Arts. 205 a 217.

LDBN n. 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Diretrizes Curriculares – CNE : n. 05/1999 da Educação Infantil; n. 02/1998 do Ensino Fundamental; n. 01/2000 da Educação de Jovens e Adultos; n. 02/2001 da Educação Especial.

Estatuto da Criança e do Adolescente Lei Federal n. 8069/1990

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério Lei n.11494/07.

MICROSOFT WINDOWS XP - Disponível em: < <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows/windows-help?os=winxp#windows=windowsxp>>.

MICROSOFT WINDOWS 7 - Disponível em: <<http://windows.microsoft.com/pt-br/windows/windows-help?os=win7#windows=windows-7>>.

MICROSOFT OFFICE 2007 E 2010 – Disponível em: <<http://office.microsoft.com/pt-br/support/suporte-FX104018798.aspx?redir=0>>

TÉCNICO EM FARMÁCIA

Armazenamento e conservação de medicamentos. Formas de expressão da concentração de medicamentos. Medicamentos sujeitos a controle legal. Operações Farmacotécnicas. Formas Farmacêuticas. Sistema métrico decimal: medidas de massa e volume, aplicação em cálculos de concentração de medicamentos. Terminologia básica relativa a medicamentos. Vias de administração de medicamentos. Dispensação de medicamentos.

Bibliografia:

ANSEL, Howard C.; PRINCE, Shelly J. Manual de cálculos farmacêuticos. Porto Alegre: Artmed, 2005. , 300p.

BRASIL ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 36 de 3 de agosto de 2011. – Diário Oficial da União Nº. 150 - Seção 1 sexta-feira, 5 de agosto de 2011. Dispõe sobre a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 e dá outras providências. Disponível em:<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/6db4200047f8b639bb80bf9f306e0947/RDC_36_2011.pdf?MOD=AJPERES>

Brasil ANVISA. O que devemos saber sobre medicamentos. p.1-61. 2010. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/92aa8c00474586ea9089d43fbc4c6735/Cartilha%2BBAIXA%2Brevis%C3%A3o%2B24_08.pdf?MOD=AJPERES>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998. Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 01 de fevereiro de 1999. Regulamento Técnico

sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/scriptsweb/anvisaegis//visualizadocumento.asp?id=939&versao=2>>
FARMACOPÉIA Brasileira. Volume 1. 5 ed Brasília: ANVISA ,p. 39-57 , 2010. Disponível em:
<http://www.anvisa.gov.br/hotsite/cd_farmacopeia/pdf/volume1.pdf>
BRASIL. Ministério da Saúde. Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para sua organização – 2.ed. – Brasília, 2006. Disponível em:
<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/af_atencao_basica_instrucoes_tecnicas.pdf>.

TELEFONISTA

Administração do tempo. Atividades administrativas. Comunicação Interpessoal. Comunicação oral e escrita. Ética, atitude, comportamento. Etiqueta profissional. Sistemas e técnicas de atendimento.

Bibliografia:

BACAL, Robert. Frases perfeitas para atender bem o cliente: tradução Giuliana Castorino. São Paulo. Saraiva, 2012.
EGROFONE, Ayrton- Rodrigues, Célia RTegina-Assistente administrativo , Campinas , SP KOMeli, 2010.
FASCIONI, Lígia- Atitude profissional - dicas para quem está começando - Rio de janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2009.
GOIS, Marcos da Costa, Memorização para falar em público- São Paulo: Universo dos Livros, 2010.
Hansen Heather, como conquistar e cativar pessoa/Heather Hansen (tradução de Maurício Tamboni) - São Paulo: Universo dos Livros, 2011.
WELLINGTON, Patricia - Atendimento eficaz ao cliente (Pat Wellington; tradução de Henrique Amat Rêgo Monteiro- São Paulo: Clio Editora , 2011.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Estudo, interpretação e compreensão de textos. Emprego das classes de palavras. Emprego de tempos e modos verbais. Concordâncias verbal e nominal. Regências verbal e nominal. Uso do sinal indicativo de crase. Colocação pronominal. Estrutura do período e da oração: aspectos semânticos e sintáticos. Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais, coesão e coerência. Acentuação gráfica. Ortografia. Pontuação. Variações Linguísticas. Gêneros textuais.

Bibliografia :

CIPRO NETO, Pasquale e INFANTE, Ulisses. Gramática da língua portuguesa. São Paulo: Scipione.
CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. A nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon.
KOCH, Ingedore Villaça. A coesão textual. São Paulo: Contexto.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

ATUALIDADES: política e economia, sociedade, costumes, artes, música, literatura, arquitetura, entretenimento, rádio e televisão, educação, saúde, esportes, justiça, relações entre países, história, geografia, ciências, desenvolvimento, tecnologia e meio ambiente, nos planos nacional e internacional.

Bibliografia: mídia escrita, televisiva, radiofônica e eletrônica em geral.

LEGISLAÇÃO: Lei Orgânica do Município de Bela Vista de Minas, de 08/04/1990.

Título I – Da Organização Municipal

Título II – Da Organização dos Poderes – Capítulos I e II

Título III – Da Organização do Poder Público Municipal – Capítulo I – Seções I, II e III.

Disponível em: <www.belavistademinas.mg.gov.br>.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTADOR

Princípios contábeis vigentes publicados pelo Conselho Federal de Contabilidade, incluindo os princípios contábeis sob a perspectiva do setor público. Finalidades, objeto, campo de aplicação e áreas de especialização da contabilidade. Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (NBC T 1).

Escrituração contábil em empresas comerciais, industriais e de serviços e em organizações públicas: plano de contas, procedimentos contábeis, livros contábeis (obrigatórios e facultativos), registros (lançamentos) nos livros contábeis e livros fiscais, conteúdo dos lançamentos, sistemas computadorizados para escrituração contábil.

Conceituação de receitas, ganhos, despesas, custos e perdas. Receitas: apuração e apropriação das receitas, classificação, tratamento legal, forma de contabilização, observância dos princípios contábeis. Despesas: apuração e apropriação das despesas, classificação e tratamento legal, formas de contabilização, observância dos princípios contábeis. Custos dos produtos/ mercadorias/serviços vendidos: conceitos, formas de apuração e contabilização. Apuração do Resultado, encerramento de exercício social e distribuição do resultado.

Ativo, passivo e patrimônio líquido, segundo a Lei nº. 6.404/1976 atualizada e segundo as normas do CFC (Conselho Federal de Contabilidade): conceitos, classificação das contas, subgrupos (grupos de contas), reconhecimento, critérios de avaliação.

Redução ao valor recuperável de ativos. Subvenção e assistência governamental. Valor justo de ativos e de passivos. Ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo quando da elaboração de demonstrações contábeis. Depreciação, amortização e perda de ativos.

Demonstrações contábeis (financeiras), segundo a lei nº. 6.404/1976 atualizada e segundo as normas do CFC (Conselho Federal de Contabilidade): conceitos, tipos de demonstrações, conteúdo, formas de apresentação, inter-relação entre as demonstrações, obrigatoriedade de apresentação. Preceitos da Lei nº 6.404/1976 atualizada.

Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBC T 16.1 a 16.10): conceituação, objeto e campo de aplicação da contabilidade no setor público; patrimônio público e sistemas contábeis; planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil; transações no setor público e seus reflexos no patrimônio público; registro contábil, segurança da documentação contábil, reconhecimento e bases da mensuração; demonstrações contábeis (balanço patrimonial, balanço financeiro, balanço orçamentário, demonstração das variações patrimoniais, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do resultado econômico, notas explicativas); consolidação das demonstrações contábeis; controle interno; depreciação, amortização e exaustão; avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público.

Análise de demonstrações financeiras: análise horizontal, análise vertical; análise do capital de giro; índices de liquidez, de endividamento, de rotatividade (de atividades), de rentabilidade e de lucratividade. Análise do capital de giro, elaboração e análise do fluxo de caixa.

Fundamentos de contabilidade tributária e de legislação tributária: tributos previstos na constituição federal; tributos de competência federal, estadual e municipal; princípios constitucionais tributários; normas anti-elisão; renúncia fiscal; tributos diretos e tributos indiretos; incentivos fiscais; normas para escrituração fiscal; critérios fiscais para avaliação de estoques e de ativos imobilizados.

Normas legais aplicáveis ao Orçamento Público. Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual: finalidade, importância, relação com as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estabelecidas no Plano Plurianual. Conteúdo, forma e processo de elaboração de proposta orçamentária.

Orçamento Público: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, previsões anuais e plurianuais, exercício financeiro, créditos adicionais, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras. Aprovação, execução, acompanhamento, controle da execução, fiscalização e avaliação do orçamento público.

Receita e despesa pública: definições, classificações, estágios, divulgação (evidenciação), restos a pagar. Receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias.

Dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Licitações e Contratos que interferem no processo contábil das organizações. Princípios, objetivos e efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no planejamento e no processo orçamentário. Mecanismos de transparência fiscal. Relatório de Gestão Fiscal: características e conteúdo.

Levantamento de contas, tomada de contas e prestação de contas na administração pública. Controle interno e controle externo na administração pública.

Licitações e contratos administrativos que interferem no processo contábil das organizações.

Normas brasileiras para o exercício da auditoria interna: independência; competência profissional; âmbito do trabalho; execução do trabalho e administração do órgão de auditoria interna. Normas relativas à execução dos trabalhos; normas relativas à opinião do auditor, normas relativas ao Parecer. Técnicas, procedimentos e testes de auditoria. Planejamento dos trabalhos. Programas de auditoria.

Bibliografia :

ARAÚJO, I. ARRUDA, D. Contabilidade Pública: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.

BOYNTON, W.C.; JOHNSON, R.N.; KELL, W.G. Auditoria. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Lei nº 5.172/1966. (Código Tributário Nacional)

BRASIL. Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988

BRASIL. Decreto-lei nº 200/1967.

BRASIL. Lei Complementar nº 101/2000

BRASIL. Lei Complementar nº 123/2006

BRASIL. Lei n.º 10.520/2002 e suas alterações posteriores.

BRASIL. Lei n.º 6.404/1976

BRASIL. Lei n.º 8.666/1993

BRASIL. Lei nº 10.406/2002.

BRASIL. Lei nº 4.320/1964.

BRASIL. Regulamento do Imposto de Renda – RIR, Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999;

BRASIL. Resoluções do CFC (Conselho Federal de contabilidade):

1128/2008 - NBC T 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação. 1129/2008 - NBC T 16.2 –

Patrimônio e Sistemas Contábeis - 1130/2008 - NBC T 16.3 - Planejamento e seus Instrumentos sob

Enfoque contábil. 1131/2008 - NBC T 16.4 - Transações no Setor Público. 1132/2008 - NBC T 16.5 -

Registro Contábil. 1133/2008 - NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis. 1134/2008 - NBC T 16.7 -

Consolidação das Demonstrações Contábeis. 1136/2008 - NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e

Exaustão. 1137/2008 - NBC T 16.10- Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos de Entidades Setor

Público.0750/1993 - Princípios de Contabilidade. 1111/2007 - Apêndice II da Resolução 750/93. 1170/2009 (CPC 16R1) - NBC TG 16 (R1) – Estoques. 1177/2009 (CPC 27) - NBC TG 27 (R1) - Ativo Imobilizado. 1180/2009 (CPC 25) - NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.1185/2009 (CPC 26R1) - NBC TG 26 (R1)– Apresentação das Demonstrações Contábeis. 1412/2012 (CPC 30R1) - NBC TG 30 – Receitas. 1303/2010 (CPC 04R1) - NBC TG04 (R1) - Ativo Intangível.1374/2011 (CPC 00R1) - NBC TG - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.1296/2010 (CPC 03R2) - NBC TG 03 (R1) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.1151/2009 (CPC 12) - NBC T 19.17 - Ajuste a Valor Presente. 1426/2013 (CPC 36R3) - NBC TG 36 (R1) – Demonstrações Consolidadas. 0986/2003 - NBC TI 01 - Auditoria Interna. 1203/2009 - NBC TA 200 - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria. 1204/2009 - NBC TA 210 - Concordância com os Termos do Trabalho de Auditoria. 1207/2009 - NBC TA 240 - Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude. 1211/2009 - NBC TA 300 - Planejamento da Auditoria de Demonstrações Contábeis .1213/2009 - NBC TA 320 - Materialidade no Planej. e na Execução da Auditoria . 1217/2009 - NBC TA 500 - Evidência de Auditoria.1218/2009 - NBC TA 501 - Evidência de Auditoria . 1220/2009 - NBC TA 510 - Trabalhos Iniciais – Saldos Iniciais. 1221/2009 - NBC TA 520 - Procedimentos Analíticos

BRASIL. STN. Manual de demonstrativos fiscais: aplicado à União e aos estados, Distrito Federal e municípios, 5. Ed. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/MDF5/MDF_5edicao.pdf>. Acesso em 29 jul .2013.

BRASIL. STN (Secretaria do Tesouro Nacional). Manual de contabilidade aplicada ao setor público - MCASP, 5ª edição. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/contabilidade-publica/manuais-de-contabilidade-publica>>. Acesso em 29 jul. 2013.

FABRETTI, L.C. Contabilidade tributária. São Paulo: Atlas, 2012.

GIACOMONI, J. Orçamento público. São Paulo: Atlas, 2012.

IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R.; SANTOS, A. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, J.C. Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, L.M.; CHIEREGATO, R.; PERES JÚNIOR, J.H.; GOMES, M.B. Manual de contabilidade tributária. São Paulo: Atlas, 2012.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, J.P. Análise financeira das empresas. São Paulo; Atlas, 2012

SILVA, L.M. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 2011.

ENFERMEIRO

Ética e Legislação do exercício profissional. Gestão de pessoas, processos, projetos e finanças relacionadas a Saúde e ao Sistema Único de Saúde. Diretrizes e legislações da Saúde Epidemiologia e vigilância em saúde.

Saúde da família estratégia de organização da atenção básica. Programa nacional de imunização.

Aspectos metodológicos da assistência de enfermagem: Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE).

Aspectos técnicos da assistência de enfermagem: princípios da administração de medicamentos e cuidados de enfermagem, relacionados à terapêutica medicamentosa, ao tratamento de feridas e prevenção de lesões cutâneas. Diagnóstico e planejamento da assistência de enfermagem: conceito, finalidade e organização, qualidade total, recursos humanos, recursos materiais, relacionamento humano e profissional, supervisão e liderança. Trabalho em equipe. Dimensionamento de

peçoal.Educação continuada em enfermagem, administração da assistência de enfermagem.Assistência de enfermagem na atenção à saúde da criança, adolescente, mulher, adulto, idoso e saúde mental. Assistência de enfermagem ao indivíduo em situação de urgência/emergência.Assistência de enfermagem na atenção e controle das doenças infecciosas e contagiosas.

Biossegurança: prevenção e controle da população microbiana.Programa de Gerenciamento de Resíduos de Saúde (PGRSS). Saúde mental.Acolhimento e Classificação de risco.Humaniza SUS.

Bibliografia :

POSSARI, J. Francisco – CENTRO DE MATERIAL E ESTERELIZAÇÃO. PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO- 4ª ed. Iátria, São Paulo, 2010

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 2203, DE 05 DE NOVEMBRO DE 1996. Redefine o modelo de gestão do Sistema Único de Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 373, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2002. Amplia as responsabilidades dos municípios na atenção básicas, entre outros.

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 399, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2006. Consolidação do Sistema Único de Saúde e aprova as diretrizes operacionais do pacto pela saúde de 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 344, DE 12 DE MAIODE 1998. Aprova o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.

Presidência da República- Casa Civil. LEI Nº 8069, DE 13 JULHO 1990. Estatuto da criança e do adolescente.

Presidência da República- Casa Civil. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. (Última atualização em 2002). Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências

ALFARO-LEFREVE, R. Aplicação do Processo de Enfermagem: Uma Ferramenta para o Pensamento Crítico. 7ª Edição. Artmed, 2010.

AMERICAN HEARTH ASSOCIATION. Destaques das Diretrizes da American Hearth Association 2010 para RCP e ACE. Guidelines, 2010.

ANVISA – RDC 306 – 2004, que dispõe sobre gerenciamento de produção de resíduos.

ASPERHEIM, M.K. Farmacologia para enfermagem 11ª edição. Editora Elsevier, 2009.

BARROS, Alba L. B. et al. Anamnese e exame físico – Avaliação Diagnóstica de Enfermagem no Adulto 1ª edição. Editora Artmed, 2010.

BORGES, E.L. et al. Feridas: como tratar. Belo Horizonte: COOPMED, 2008.

BRASIL. Portaria n. 2048/GM. 5 de novembro de 2002.

BRASIL Documento da Política Nacional de Humanização - Marco conceitual e Diretrizes Políticas. Ministério da Saúde, Março de 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção básica n26. Saúde Sexual e Reprodutiva. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação nacional de DST e AIDS. Programa Nacional de DST e AIDS. Manual de Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST. Manual de Bolso. 2ª edição. Ministério da Saúde. Brasília/DF: 2006. 140p. Série Manuais, nº 68.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde 6ª Edição, Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília 2012.

SILVA, M. T.; SILVA, S.R. L.P.T. Cálculo e administração de medicamentos na enfermagem. 3. ed. São Paulo: Martinari, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica n 33. Saúde da Criança: Crescimento e desenvolvimento. Brasília 2012

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderneta de Saúde do Adolescente. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica n 32. Atenção ao pré natal de Baixo risco, Brasília 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional da Saúde. Manual de Rede de Frio. 3ª ed. Brasília, 2001. 68p.

LINHAS DO CUIDADO: Hipertensão e diabetes. / Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010.

Sociedade Brasileira de Cardiologia / Sociedade Brasileira de Hipertensão / Sociedade Brasileira de Nefrologia. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. Arq Bras Cardiol 2010; 95 (1 supl.1): 1-51

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de procedimentos para vacinação. 4. ed., Brasília, 2001. 316p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa de Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 36p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção básica n 34. Saúde Mental, Brasília, 2013.

BRASIL. Portaria n. 2.529 de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre a internação domiciliar no âmbito do SUS. BRASIL. Ministério da Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 2616, de 12 de maio de 1998. Diretrizes e normas para a prevenção e o controle das infecções hospitalares.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS .Legislação e Normas, v. 13, n. 01. 2013.

KIRSCHBAUM, Dir. O trabalho de enfermagem e o cuidado em saúde mental: novos rumos? In: Cadernos IPUB. Compreensão e crítica para uma clínica de enfermagem psiquiátrica. Rio de Janeiro: UFRJ/IPUB: 2000. p. 15-36.

KURCGANT, Paulina. Administração em enfermagem. São Paulo: EPU, 2003.

Portaria GM/MS nº 648, de 28 de março de 2006. Brasília: 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde. Ministério da Saúde. (PACS). Brasília/DF: 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 3.318, DE 28 DE OUTUBRO DE 2010. Institui em todo o território nacional, o Calendário Básico de Vacinação da Criança, o Calendário do Adolescente e o Calendário do Adulto e Idoso

Resolução do COFEN n.358/2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência da Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica nº 16 – Diabetes Mellitus, Brasília: MS, 2006.

Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Controle da Tuberculose. Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília/DF:, 2011.

Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose. 2ª edição, Revisada, Brasília/DF: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 197 p.

SILVESTRE, J.A., COSTA NETO, M.M. Abordagem do idoso em Programas Saúde da Família. In: Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 19(3); 839-847 – Junho, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção básica n 19. Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa, Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Relação de Doenças, Agravos e Eventos em Saúde Pública de Notificação Compulsória em todo território Nacional. Portaria MS/GM Nº. 2.472, de 31 de Agosto de 2010. Brasília: Gabinete ministerial, Ministério da Saúde; 2010.

Couto RC, Pedrosa TMG. Técnicas básicas para a implantação da acreditação. Belo Horizonte: IAG Saúde; 2009.

Porter ME, Teisberg EO. Repensando a Saúde: estratégias para melhorar a qualidade e reduzir os custos. Porto Alegre: Bookman; 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. PRÉ-NATAL E PUERPÉRIO ATENÇÃO QUALIFICADA E HUMANIZADA, caderno 5, 1 ed. Brasília: 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. PROCEDIMENTOS. Série A. Normas e Manuais Técnicos Cadernos de Atenção Primária, n. 30, Brasília – DF, 2011

FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO

Assistência Farmacêutica: gestão da assistência farmacêutica municipal. Ciclo da assistência farmacêutica, política de assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde, assistência farmacêutica e estratégia saúde da família, núcleo de apoio a estratégia saúde da família. Medicamentos sujeitos a controle legal. Farmacotécnica: formas farmacêuticas sólidas, líquidas, semi-sólidas e parenterais: conceito, importância, aspectos biofarmacêuticos, preparo, acondicionamento. Farmacologia e farmacoterapia: farmacocinética; farmacologia e farmacoterapia na hipertensão; farmacologia e farmacoterapia no diabetes; farmacologia e farmacoterapia na tuberculose, hanseníase e leishmaniose; farmacologia e farmacoterapia nas doenças infecciosas agudas em atenção primária; farmacologia e farmacoterapia na asma; princípios da farmacoterapia em idosos; princípios da farmacoterapia em pediatria processos da farmacoterapia; avaliação global da farmacoterapia, anticoncepção hormonal; reações adversas a medicamentos, interações medicamentosas. medicamentos de risco na gestação e lactação. Medicamentos empregados em parasitoses humanas. Adesão à terapia medicamentosa. Promoção do uso racional de medicamentos. Regulamento técnico para funcionamento de laboratórios clínicos: normatização da vigilância sanitária. Bioquímica Clínica: Causas de variação nas determinações laboratoriais: a preparação do paciente. Variações e erros devidos à amostra biológica; Fotometria em Bioquímica Clínica: conceito, tipos, leis de fotometria, aplicação nas análises clínicas; Técnicas, fundamentos químicos e interpretação clínica de exames de: glicemia, função renal, função hepática, colesterol, triglicérides. Urinálise: fundamentos químicos, interpretação das análises.

Hematologia Clínica: Interpretação clínica do hemograma: valores de referência. Índices hematimétricos. Hematoscopia normal e patológica. Alterações qualitativas e quantitativas; Anemias; Imuno-hematologia: exames laboratoriais para classificação sanguínea; Coagulação e hemostasia; técnicas usadas, interpretações; métodos de coloração para exames hematológicos.

Parasitologia Clínica: Patogenia, sintomatologia, epidemiologia, profilaxia e diagnóstico das parasitoses humanas. Fundamento das técnicas utilizadas no diagnóstico das parasitoses humanas.

Microbiologia Clínica: Diagnóstico laboratorial de Tuberculose, Hanseníase. Métodos de coloração GRAM, BAAR. Imunologia: técnicas sorológicas, fixação do complemento, aglutinação, inibição da aglutinação, precipitação, imunofluorescência.

Bibliografia :

ACÚRCIO, F.A. Medicamentos: políticas, assistência farmacêutica, farmacoepidemiologia e farmacoconomia. Belo Horizonte: COOPMED, 2013. 319 p

ANVISA. RESOLUÇÃO RDC/ANVISA Nº. 302, de 13 de outubro de 2005. Disponível em <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/segurancadopaciente/documentos/rdcs/RDC%20N%C2%BA%20302-2005.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para sua organização – 2.ed. – Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/af_atencao_basica_instrucoes_tecnicas.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes do NASF Núcleo de Apoio a Saúde da Família / (Cadernos de Atenção Básica; n. 27) Disponível em:

< http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/caderno_atencao_basica_diretrizes_nasf.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Informe Técnico de Tuberculose. Disponível em:
http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/informe_tb_julho10_certo_22_07_2010.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998. Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 01 de fevereiro de 1999. Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em :<
<http://www.anvisa.gov.br/scriptsweb/anvisaegis//visualizadocumento.asp?id=939&versao=2>>

BURTIS, CA; ASHWOOD, ER; BRUNS, DaviE. Tietz fundamentos de química clínica. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 959p

CORRER, C.J. ; Otuki, M.F. . A prática farmacêutica na farmácia comunitária. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 454p .

ERICHSEN, E S; VIANA, LG; FARIA, ROSA D.; SANTOS, SME. Medicina laboratorial para o clínico. Belo Horizonte: COOPMED/UFMG, 2009.

ESTRIDGE, B H; REYNOLDS, AP. Técnicas básicas de laboratório clínico. Porto Alegre: Artmed, 2011. 800p.

FUCHS, Flavio Danni.; WANNMACHER, Lenita. Farmacologia clínica: fundamentos da terapêutica racional. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.1261 p.

GREENE, R. J.; HARRIS, N. D. Patologia e terapêuticas para farmacêuticos: bases para a prática da farmácia clínica. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012 .968p.

NEVES, D P; COSTA, AO.; MELO, AL.; LINARDI, PM.; VITOR, RWA. Parasitologia humana. 12. ed. São Paulo: Atheneu, 2012. 546 p

POPOVICH, N, G; ANSEL, H. C.. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 775 p

STORPIRTIS, S.; GAI,N.M.;CAMPOS,D.R.; GONÇALVES, J.E. Farmacocinética: básica e aplicada . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011, 222 p

VIEIRA.; F.S. Possibilidades de contribuição do farmacêutico para a promoção da saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 12, p. 213-220, 2006.

VIEIRA.; F.S. Assistência farmacêutica no sistema público de saúde no Brasil. Rev Panam Salud Publica. v.27 , p.149-156, 2010.

WALLACH, JB; WILLIAMSON, MA.; SNYDER, L. Michael. W Interpretação de exames laboratoriais. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013

NUTRICIONISTA

Regulamentação das atividades do profissional de nutrição e legislação relacionada à área de nutrição e alimentos. Unidades de alimentação e nutrição - objetivos e características, estrutura física, insumos, recursos humanos, seleção de fornecedores, recebimento, armazenamento, conservação e custos. 3 Técnica dietética - conceito, classificação e composição química de alimentos, higiene de alimentos, parâmetros e critérios de controle higiênico-sanitário, utilização de procedimentos operacionais padrão, características organolépticas, seleção, conservação, pré-preparo, preparo e distribuição dos alimentos. Alimentos e nutrientes: conceito; classificação, propriedades, funções, digestão, absorção, metabolismo, biodisponibilidade, recomendações e fontes alimentares. Avaliação nutricional de indivíduos e coletividades de diferentes faixas etárias saudáveis e/ ou enfermas, materiais e métodos, interpretação e aplicabilidade dos resultados. Planejamento, avaliação e prescrição de dietas e (ou) elaboração de cardápio para lactente, pré-escolar, adolescente, adulto, idoso, gestante, nutriz e coletividade sadia. Dietoterapia em condições clínicas específicas: doenças cardiovasculares, obesidade, hipertensão arterial, diabetes mellitus, hepatopatias, nefropatias, distúrbios do trato digestório, câncer, obesidade e desnutrição. Nutrição em saúde pública - perfil nutricional e consumo alimentar da população brasileira, fatores determinantes do estado nutricional da população, carências nutricionais, política nacional de alimentação e nutrição (PNAN), sistema nacional de

segurança alimentar e nutricional (SISAN), sistema de vigilância alimentar e nutricional (SISVAN), atenção nutricional à desnutrição infantil (ANDI).

Bibliografia:

ACCIOLY, E.; SAUNDERS, C.; LACERDA, E. M. A. Nutrição em obstetrícia e pediatria. Guanabara e Koogan, 2ª edição, 2009.

VITOLLO, M.R.. Nutrição - da gestação ao envelhecimento. Rubio, 2008.

MAHAN, L. KATHLEEN/ESCOTT-STUMP, SYLVIA/RAYMOND, JANICE L. Krause: Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 13ª edição. São Paulo: Elsevier Brasil, 2013.

ROSS, A. C., CABALLERO, B., SHIKE, M., Maurice E. SHILS, M. E., COUSINS, R.J., Nutrição Moderna na Saúde e na Doença, 10ª edição. Manole, 2009.

Silva Jr, E. A. Manual de Controle Higiênico - Sanitário em Serviços de Alimentação. 6ª Edição. Editora VARELA, 2005.

ORNELLAS, L. H. Técnica Dietética: seleção e preparo de alimentos. 8ª edição. São Paulo: Editora Atheneu, 2007.

TEIXEIRA, S.; MILET, Z.; CARVALHO, J; BISCONTINI, T.T.M. Administração aplicada às unidades de alimentação e nutrição. 1ª edição. Editora Atheneu, 2010.

<http://portalsaude.saude.gov.br/>

<http://dab.saude.gov.br/portaldab/>

<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>

<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>

www.cfn.org.br

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Abordagens da educação física escolar. Conteúdos de ensino da educação física. Métodos de ensino da educação física. Aspectos biológicos do movimento humano. Processos de desenvolvimento e aprendizagem motora.

Bibliografia:

BAR-OR, O.; BOUCHARD, C.; MALINA, R. M. Crescimento, Maturação e atividade física. 2.ed. São Paulo: Phorte: 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Educação física / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física / Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.

DARIDO, S. C. Educação física na escola: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

GRECO, P. J. Iniciação esportiva universal: volume 2 metodologia da iniciação esportiva na escola e no clube. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

NETO, A. F.; GOELLNER, S. V.; BRACHT, V. As ciências do esporte no Brasil. Campinas: Autores associados, 1995.

SOARES, C. L.; TAFFAREL, C. N. Z.; VARJAL, E.; CASTELLANI-FILHO, L. ESCOBAR, M. O.; BRACHT, V. Metodologia do ensino de educação física. São Paulo: Cortez, 1992.

TANI, G.; MANOEL, E. J.; KOKUBUN, E.; PROENÇA, J. E. Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU/Edusp, 1988.

PROFESSOR NÍVEL 2

Currículo e construção do conhecimento. Parâmetros Curriculares Nacionais; Os projetos de trabalho: teoria e prática, interdisciplinaridade, globalização do conhecimento. O trabalho pedagógico na escola: gestão do processo educativo, planejamento e organização do trabalho pedagógico, métodos e técnicas, avaliação. As avaliações sistêmicas: Prova Brasil, SAEB, Provinha Brasil, ENEM, SIMAVE, o IDEB.

Língua Portuguesa: Alfabetização e letramento: pressupostos teóricos e implicações pedagógicas no cotidiano escolar. A prática da leitura: objetivos e finalidades da leitura; aspectos indispensáveis à compreensão na leitura do texto; relação leitor/autor; diversidade textual e a prática pedagógica (tipologia, suportes e gêneros textuais). A prática de produção de texto: condições de produção; finalidade da produção de texto; ortografia; revisão textual. A apropriação do sistema de escrita no cotidiano escolar: capacidades e estratégias metodológicas.

Matemática: A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tendências atuais e avaliação. Conteúdos básicos da matemática que são objeto do ensino-aprendizagem nos anos iniciais relativos: à resolução de problemas e ao processo ensino-aprendizagem de matemática. Alfabetização matemática: o pensamento lógico-matemático e a construção do número. Número e numeração. Operação com números naturais: abordagem metodológica, processos operatórios e propriedades; Números racionais representados sob as formas de fração e decimal. Cálculo simples de porcentagem. Grandezas e medidas. Geometria. Tratamento da informação: leitura e interpretação de dados apresentados por meio de tabelas e gráficos.

Ciências: O ensino de ciências do 1º ao 5º ano do ensino fundamental: tendências atuais e avaliação. A formação do professor e as competências indispensáveis para o ensino. Compreensão das ciências naturais como empreendimento cultural e suas relações com a tecnologia e a sociedade contemporânea. Diretrizes metodológicas para o ensino de ciências. A abordagem interdisciplinar no ensino de ciências. O papel da experimentação no ensino de ciências. Conteúdos básicos das ciências naturais que são objeto do ensino aprendizagem nos anos iniciais relativos à tecnologia, noções de química e física, corpo humano, ecologia, geologia e astronomia. Os blocos temáticos: ambiente, ser humano e saúde, recursos tecnológicos, Terra e Universo. Temas transversais: meio ambiente e saúde, orientação sexual.

História: O ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental: trajetória histórica, funções sociais e objetivos gerais. Tempo, espaço e definição de eixos temáticos para o ensino de história. Conteúdos didáticos, procedimentos cognitivos e avaliação da aprendizagem em história. Prática de ensino: o uso de fontes históricas em diferentes linguagens.

Geografia: Concepção do ensino de geografia (abordagem crítica, socioambiental e cultural). Estudo do espaço como construção social e histórica da ação humana com direcionamentos da política e economia. O estudo da paisagem: o lugar e a paisagem, a natureza (transformação e conservação). O lugar na totalidade mundo. Urbano e rural: modos de vida e o papel das tecnologias na construção das paisagens urbanas e rurais. Procedimentos metodológicos e recursos didáticos.

Bibliografia:

ÁLVARES MÉNDEZ, J. M. Avaliar para conhecer, examinar para excluir. Porto Alegre: Artmed, 2002.
BRASIL. Avaliação da educação Básica. Avaliações sistêmicas / Prova Brasil, SAEB, Provinha Brasil. ENEM, IDEB – MEC/INEP. Disponível em: < www.inep.gov.br>.
BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (e atualizações).
GANDIN, Danilo e CRUZ, Carlos Henrique C. Planejamento na sala de aula. Petrópolis: Vozes, 2006.
HERNÁNDEZ, Fernando. Cultura visual, mudança educativa e projetos de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

ADAMS, Marylin Jager e outros. Consciência fonológica em crianças pequenas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL, MEC. Pró Letramento. Alfabetização e linguagem. 2007.

BRASIL. A criança de seis anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos: Orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade. Francisca Izabel Pereira Maciel, Mônica Correia Baptista e Sara Mourão Monteiro (Orgs). Belo Horizonte: UFMG/FAE/CEALE, FAE/CEALE/SEEMG. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12624%3Aensinofundamental&Itemid=859

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1987.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática v.3. Brasília MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais, Ciências Naturais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. História. Brasília: MEC/SEF, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. A questão do suporte dos gêneros textuais 1[1] UFPE/CNPq - 2003). Disponível em: < amarcuschi@uol.com.br>.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Coleção Orientações para o Ciclo Inicial de Alfabetização. Cadernos do CEALE - 1, 2, 3, 4, 5 e 6, 2003.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Vols 1, 2 e 3 MEC/SEF, 1998.

DANTE, Luiz Roberto. Didática da resolução de problemas de matemática – 1ª a 5ª séries. São Paulo: Ática, 1998.

BRASIL. Parâmetros em ação. 1o e 2o ciclos. MEC. 1999.

WEISSMANN, Hilda. (Org.) – Didática das ciências naturais: contribuições e reflexões. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

APEC. Coleção Construindo Consciências.- 4 volumes- Nova Edição. Ed. Scipione, 2011.

CÉSAR, SEZAR & CALDINI. Coleção Biologia,-3 volumes- 9a Edição. Ed. Saraiva, 2010.

DAVID SADAIVA, H. CRAIG HELLER, GORDON H. ORIAN, WILLIAM K. PURVES & DAVID M. HILLIS Coleção Vida: a Ciência da Biologia - 3 Volumes - 8ª Edição. Ed Artmed.

GIORDANO, M. O papel experimentação no ensino de ciências. QUÍMICA NOVA NA ESCOLA, N° 10, NOVEMBRO 1999. disponível em: <<http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc10/pesquisa.pdf> acesso em 23 de maio de 2013>.

NARDI, Roberto; Bastos Fernando. Silva Diz, Renato E, (orgs). Pesquisa em ensino de ciências: contribuições para a formação de professores. Ed. Escrituras, 254 p. 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. 2ª. parte. Métodos e conteúdos escolares: uma relação necessária.

In: _____. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004. Coleção Docência em Formação. Série Ensino Fundamental, p. 133-290.

Paradidáticos das Coleções Polêmicas: História Viva, Discutindo a História, entre outras que tratem dos temas do programa.

CASTRO GIOVANNI, A.C. (Org.). Ensino de geografia: práticas e textualização no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.

SUPERVISOR PEDAGÓGICO NÍVEL I

O papel do supervisor pedagógico. As concepções de aprendizagem e as práticas pedagógicas. Elaboração de Projetos. Construção do projeto político- pedagógico. Alfabetização e letramento no ensino fundamental. Pedagogia para a autonomia. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96. Princípios e fundamentos dos parâmetros curriculares nacionais. A formação de professores. Interação escola-família. Avaliação da aprendizagem. Avaliação institucional.

Bibliografia:

BELLONI, Isaura; FERNANDES, Maria Estrela Araujo. Progestão: como desenvolver a avaliação institucional da escola? - módulo IX. Brasília: CONSED, 2001. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/Progestao/Modulo9_Exercicio.pdf>. Acesso em: 13 jun.2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 13 jun. 2014.

CARRARA, Kester (Org.) Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2008.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (Orgs). Interação escola-família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009. Disponível em: <[file:///C:/Users/wim/Downloads/escola_familia_final%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/wim/Downloads/escola_familia_final%20(1).pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2014.

FREIRE. Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 17 ed..São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GOMES, Maria de Fátima Cardoso. Relações entre desenvolvimento e aprendizagem: consequências na sala de aula. Presença Pedagógica, v. 8, nº. 45, mai-jun 2002.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Pedagogia de projetos: intervenção no presente. Revista Presença Pedagógica. v. 2, n.8, p.24-33, mar/abr 1996. Disponível em: <<http://presencapedagogica.com.br/files/PP08.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

MIZUKAMI, Maria das Graças N°. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. V. 1. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Tradução: Patrícia C. Ramos. Porto Alegre. ARTMED - Artes Médicas. Sul, 2000.

SILVA, Janssen Felipe de; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa.(Orgs.). Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo.9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

SILVA JUNIOR, Celestino Alves da; RANGEL, Mary. Nove olhares sobre a supervisão. 9. ed. Campinas: Papirus, 2003.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2003.

RANGEL, Mary. Supervisão pedagógica: princípios e práticas. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2005.